

Memórias dos trabalhadores negros nos engenhos de rapadura do Cariri cearense

Memories of black workers in the rapadura mills in Cariri cearense

Rafael Ferreira da Silva*
Meryelle Macedo da Silva**
Henrique Cunha Junior***

Palavras-chave:
Memórias dos trabalhadores negros
Engenhos de rapadura
Cariri cearense

Resumo: O objetivo principal desse trabalho é refletir sobre as memórias dos trabalhadores negros nos engenhos de rapadura do Cariri cearense. Para tanto tivemos como método a afrodescendência, que nos insere no espaço geográfico de modo objetivo e subjetivo para estabelecer o contato com as africanidades, propiciando conexões com a nossa ancestralidade e o reconhecimento do pensamento africano nos lugares. Como procedimentos metodológicos realizamos uma revisão de literatura e uma pesquisa de campo, especificamente nos municípios de Crato e Barbalha. Os conhecimentos africanos presentes nos engenhos caririense é a continuidade de um legado de África e que foi transferido pelas memórias individuais e coletivas dos africanos durante a diáspora forçada. Acreditamos que é preciso lançar um olhar crítico para a formação do espaço geográfico caririense, enxergando que as populações africanas são possuidoras de conhecimentos antigos, os quais antecedem a história da Europa, o que certamente levará ao reconhecimento de espaços e memórias negras, como é o caso dos engenhos de rapadura do Cariri.

Keywords:
Memories of black workers
Rapadura machines
Cariri cearense

Abstract: The main objective of this work is to reflect on the memories of black workers in the rapadura mills in Cariri, Ceará. To this end, we used Afro-descendance as a method, which inserts us into the geographic space in an objective and subjective way to establish contact with Africanities, providing connections with our ancestry and the recognition of African thought in the places. As methodological procedures, we carried out a literature review and field research, specifically in the municipalities of Crato and Barbalha. The African knowledge present in the Cariri mills is the continuity of an African legacy that was transferred by the individual and collective memories of Africans during the forced diaspora. We believe that it is necessary to take a critical look at the formation of Cariri's geographic space, seeing that African populations possess ancient knowledge, which predates the history of Europe, which will certainly lead to the recognition of black spaces and memories, as is the case with the rapadura mills in Cariri.

Recebido em 03 de março de 2025. Aprovado em 28 de abril de 2025.

* Mestrando. Universidade Federal do Ceará-UFC. E-mail: rafaelferreira829@hotmail.

** Doutoranda. Universidade Federal do Ceará-UFC. E-mail: meryelle.macedo06@gmail.com.

*** Professor Titular. Universidade Federal do Ceará-UFC. E-mail: hcunha@ufc.br.

Introdução

O processo de colonização africana no Brasil propiciou uma mudança importante no espaço geográfico com a inserção de novas técnicas e tecnologias na área de agricultura, pecuária, arquitetura, urbanismo, mineração, dentre outros. O conceito de colonização africana constitui parte das reflexões de Querino (1918) que comprehende os africanos como os verdadeiros colonizadores do então território brasileiro, tendo em vista que colonizar significa uma transferência pacífica de conhecimentos basilares para uma nação em construção ou transformação.

As populações africanas, mesmo na condição de escravizadas, ressignificou sua cultura, instituindo no espaço novos sentidos sociais, culturais e econômicos, condizentes aos processos históricos das diferentes regiões.

Na mesorregião do Cariri cearense, existiu/existe uma riqueza de conhecimentos técnicos e tecnológicos de base africana, vislumbrados na mineração, arquitetura, comércio, pecuária e agricultura. No que diz respeito a agricultura, temos na cultura da cana-de-açúcar um elemento expressivo de crescimento da economia local, cuja materialidade foi/é os engenhos de rapadura. O trabalho nos engenhos sempre foi realizado por populações negras, as quais atuaram para a manutenção da memória como forma de resistência.

Partindo desse contexto nosso principal objetivo é refletir sobre as memórias dos trabalhadores negros nos engenhos de rapadura do Cariri cearense.

Os conhecimentos africanos presentes nos engenhos caririense é a continuidade de um legado de África e que foi transferido pelas memórias individuais e coletivas dos africanos durante a diáspora forçada.

Segundo Hampaté Bâ (2010) nas sociedades africanas a memória é uma extensão da vida. Os mais velhos são grandes guardiões da memória, responsáveis pela transmissão da história aos seus aprendizes, que mais tarde serão os novos guardiões da história africana.

No contexto dos trabalhadores dos engenhos de rapadura, não há um distanciamento do modo de

vida africana. Existe sempre uma pessoa, conhecida por mestre de rapadura, que guarda em sua memória os ensinamentos apreendidos no passado sobre o processo de feitura da rapadura e demais produtos derivados da cana-de-açúcar.

Para a elaboração dessa pesquisa, tivemos como método a afrodescendência, que nos insere no espaço geográfico de modo objetivo e subjetivo para estabelecer o contato com as africanidades, propiciando conexões com a nossa ancestralidade e o reconhecimento do pensamento africano nos lugares. Como procedimentos metodológicos realizamos uma revisão de literatura e uma pesquisa de campo, especificamente nos municípios de Crato e Barbalha.

Os autores que utilizamos dialogam diretamente com as africanidades brasileiras, nos levando a interpretar a história de forma crítica e reconhecer os territórios e memórias negras, a exemplo de Silva, Silva F. (2022) vão nos ensinar sobre as relações comerciais dos trabalhadores negros nas feiras livres. Hampaté Bâ (2010) nos auxilia a entender o conceito de memória nas sociedades africanas. Motta (2016) vai nos dizer o que é a memória coletiva e individual e Cunha Junior (2001, 2010) que fala sobre a importância das africanidades e afrodescendências, bem como as tecnologias africanas no Brasil.

Acreditamos que é preciso lançar um olhar crítico para a formação do espaço geográfico caririense, enxergando que as populações africanas são possuidoras de conhecimentos antigos, os quais antecedem a história da Europa, o que certamente levará ao reconhecimento de espaços e memórias negras, como é o caso dos engenhos de rapadura do Cariri.

A colonização africana no Cariri cearense e a constituição das africanidades

As sociedades africanas foram responsáveis pela transformação do espaço geográfico do então território brasileiro, tendo em vista a inserção de novos elementos culturais, onde se inclui técnicas e tecnologias diversas. Querino (1918) vai nos dizer que os europeus não contribuíram para a formação

social do Brasil, o que fizeram foi invadir o território e genocidar as populações indígenas, além de usurpar os conhecimentos africanos por meio do tráfico transatlântico, através do qual, pessoas de vários lugares da África foram capturadas e comercializadas.

A Europa enriqueceu com a exploração das terras e do trabalho especializado dos escravizados, especialidade essa, fruto de conhecimentos milenares, desconhecidos pela Europa, nas áreas da agricultura, pecuária, construção civil, comércio, mineração, dentre outras.

O trabalho de africanos e afrodescendentes, durante o período escravista criminoso e posterior a ele, propiciou a materialização dos valores civilizatórios africanos, pautados na conexão do corpo e da mente, o que vai de desencontro a eurocentricidade que separa o pensar do fazer.

Tal separação nos leva a uma interpretação errônea da realidade, onde os trabalhadores negros são vistos, nos dizeres de Cunha Junior (2001) como um fator de produção, não existindo um pensamento racional do ato produtivo. A perpetuação dessa ideia dificulta o reconhecimento das contribuições de africanos e seus descendentes para a formação social brasileira.

Diante desse fato, podemos dizer que existem escritas africanas no espaço geográfico que ainda necessitam de decodificação e interpretação, seja em relação a arquitetura, urbanismo, economia, festas, danças, religiosidades, agricultura, pecuária, dentre outros.

Essas escritas são africanidades, que de acordo com Cunha Junior (2001, p.11) foram pensadas e produzidas “no coletivo e nas individualidades, que deram novo teor às culturas de origem”. Esse processo ocorre através do princípio da reelaboração, tendo em vista que a cultura não é estática, ela se transforma mantendo sua essência, que se perpetua pela memória individual e coletiva.

De acordo com Gonçalves e Silva (2007, p. 136) ao longo dos anos vem emergindo novas reivindicações em torno da constituição de lugares da memória, especialmente no que tange aos territórios negros, os quais preservam “as práticas culturais de matriz africana” e onde constroem-se “identidades negras positivas”.

Assim, território e memória estão entrelaçados. O açambarcar desse entrelaçamento nos permite reconfigurar as trajetórias ancestrais na produção espacial pela positivação do trabalho realizado pelas populações negras. De modo a especificar nossa análise sobre essa questão, tivemos como recorte a mesorregião do Cariri, localizado no sul do Estado do Ceará.

O Cariri cearense é formado por uma diversidade cultural de base africana. Embora haja uma negação da presença negra local, existem elementos materiais e imateriais que comprovam o contrário, a exemplo da arquitetura, da mineração, agricultura e comércio (Silva, 2023).

Estudos de Silva (2023) apontam que o Cariri possui uma complexidade de conhecimentos materializados no espaço geográfico que o conecta ao continente africano. Parte desses conhecimentos podem ser vislumbrados na arquitetura, que sendo decorrente de técnicas e tecnologias africanas, bem como da mão de obra de africanos e afrodescendentes pode ser considerada como afroarquitetura, a exemplo dos engenhos de rapadura, das construções de taipa de mão e de pilão, e dos casarões feitos de tijolo de adobe. A dificuldade de reconhecimento dessas contribuições decorre da consolidação de uma historiografia eurocentrada, a qual esse texto vem tensionar.

A preservação da afroarquitetura nos leva a manutenção de memórias negras, onde incluímos os conhecimentos dos trabalhadores pedreiros, marceneiros, carpinteiros e ferreiros, bem como o sentimento de pertença da comunidade por determinado bem arquitetônico.

Todas as cidades e zonas rurais caririenses foram influenciadas pela presença africana (Silva, 2023). No entanto, no que tange aos ciclos econômicos temos como exemplo a mineração e a agricultura, em especial a da cana-de-açúcar.

Quando os europeus chegaram ao Cariri se depararam com terras férteis, favoráveis ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária (Figueiredo Filho, 2010). Entretanto, antes de um impulso econômico acerca da agropecuária, o governo investiu na exploração de ouro, tendo em vista o surgimento das grandes empresas das Minas Gerais que foram se perpetuando e abarcando diferentes regiões brasileiras.

Na visão do europeu, o Cariri guardava em sua formação geológica um depósito de ouro. No século XVII iniciou então a escavação à procura desse e outros minerais (Feijó de Sá, 2004). O local de exploração era conhecido como mina de São José dos Cariris Novos e situava-se em Missão Velha, município que faz parte da formação regional caririense.

Importa registrar, que os mineradores da referida mina eram africanos, trazidos de distintas regiões, como atesta Irff (2016, p. 162):

Segundo o governador do Ceará em 1750, Lobo da Silva, a concessão para as minas do Cariri só seria possível se os senhores interessados tivessem ‘as lotações de seus Engenhos cheias de escravatura’ e se a mina fosse toda composta de ‘escravos novos’. Por essa razão, foram trazidos 61 escravos da Angola; 10 da Costa; 2 benguelas e 6 ‘crioulos’, especialmente para esse fim, pois os que já residiam na terra, nativos ou africanos, deveriam continuar trabalhando nas lavouras e com o gado, de modo a não desestabilizar a economia local.

Ao mesmo tempo que existia uma busca pelo ouro no Cariri, estava acontecendo transformações econômicas na Europa, devido a emergência do Iluminismo e da Revolução Industrial. É necessário ressaltar que a ideia do século das luzes deve ser compreendida em associação ao projeto escravista. Pensadores iluministas, defendiam o escravismo africano como um processo civilizatório, como é o caso de John Locke.

Para a Europa, os africanos eram incivilizados. Na prática, essa concepção serviu como uma tentativa de justificar os crimes europeus, de expropriação territorial e exploração de conhecimentos. Diante da ideia de incivilidade, os trabalhadores eram irracionais e suas ações eram simplórias, devendo, portanto, haver uma aprimoração, através da industrialização, a qual só foi possível por meio da usurpação dos conhecimentos africanos.

Os trabalhadores que vieram para a mina de São José dos Cariris Novos eram africanos e com especialidades em mineração, e mesmo que não desfrutasse do ouro extraído, estavam africanizando o território caririense e fomentando memórias.

É importante superar a narrativa racista de que os europeus sequestravam africanos de forma aleatória e desconheciam suas técnicas e tecnologias, pelo contrário, eles sabiam que muitas sociedades bantus e sudanesas, que vieram em maior número para o Brasil, possuíam especialidades do trabalho necessárias a formação de uma sociedade.

Cabe citar também, que a África foi espaço de um comércio intenso, inclusive de minérios. Segundo os estudos de Shaw (2010) havia uma rede comercial de ouro entre o império de Gana e os comerciantes do Norte e do Saara. O ouro era transportado em camelos. Ressalta-se que os mineradores de Gana eram detentores das técnicas do ferro desde o século VIII. A notícia dessas relações comerciais chegou ao oriente médio, mais precisamente em Bagdá, no Iraque (Ver Mapa 1).



Mapa 1 – Comércio de minérios em Gana

Fonte: <https://profissaoehistoria.blogspot.com/2013>

Diante do que foi exposto, podemos dizer que a história das populações africanas e afrodescendentes no Brasil precisa ser reescrita, entendendo que na África o comércio de ouro, gado, couro, arroz, cana-de-açúcar, noz de cola, tecido, ferramentas para agricultura, dentre outros produtos, antecede o escravismo. Portanto, o nosso papel enquanto pesquisadores da África e das africanidades é o de reconhecer que a entradas das

populações africanas no então território brasileiro, reconfigura o espaço geográfico e forja novas organizações sociais.

Na próxima seção discutiremos, com mais profundidade, sobre o ciclo econômico da cana-de-açúcar no Cariri, dando ênfase as relações sociais de trabalho de africanos e afrodescendentes nos engenhos de rapadura e ao resgate das memórias que positiva a história das populações negras e as reelaborações das técnicas e das tecnologias transferidas de África e repassadas de geração a geração.

História e memória dos trabalhadores negros nos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri

Na condição de pesquisadores afrodescendentes, quando falamos de memórias, assumimos um compromisso com as nossas próprias histórias, com as vivências do passado e do presente. É fundamental nos colocar de modo efetivo no território da pesquisa, para não cairmos na artimanha eurocêntrica da dicotomia do pensar e do fazer/sentir. Devemos entender que a escuta da história dos nossos pares leva ao encontro de um manancial de subjetividades que compete a todos.

As lembranças dos sujeitos se estendem do individual ao coletivo, marcadas, principalmente, pelos laços familiares, pelo respeito a ancestralidade e pela relação com o território. Santos (2014) nos ensina que as memórias estão presentes nos objetos geográficos do passado, chamados de rugosidades, que podem ser um prédio, uma praça, um bairro ou núcleos familiares. Tratam-se de marcas de um momento da história de uma sociedade, que permanecem no momento vigente.

A permanência desses objetos, possibilita a cada geração, novas relações de pertencimento e a constituição de outros significados.

Para Motta (2016, p. 182):

a memória só se explica pelo presente, pode-se afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São assim, os apelos do presente que nos explicam porquê a memória retira do passado apenas alguns

dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e sem contradições.

Nas sociedades africanas, através da memória é possível conhecer a história de um lugar. As(os) griots, que são mulheres e homens mais velhas(os), e de grande sabedoria são as(os) guardiãs/guardiões da memória e dos ensinamentos. Para Hampaté Bâ (2010, p. 175) os griots são considerados “os arquivistas da sociedade africana e, ocasionalmente, grandes historiadores”.

Os trabalhadores negros do Cariri, sobretudo os mais velhos, atuam também como mantedores da memória, tanto no que diz respeito aos conhecimentos transplantados de África, como do ponto de vista das relações sociais cotidianas.

No caso dos engenhos de cana-de-açúcar, guarda-se na memória as técnicas de feitura do açúcar, rapadura, aguardente e dos outros doces e bebidas derivadas da cana, possibilitando a construção de um sentimento de pertença pelo território, onde se inclui tudo que pode ser abarcado pelos sentidos, objetos, ideias, energias, que nos conectam a nossa ancestralidade.

A monocultura da cana-de-açúcar, teve no Cariri um amplo espaço de produção, em razão de um clima e solo propício. Na segunda metade do século XVIII, com a destituição das Minas de São José dos Cariris Novos, os engenhos começam a se espalhar na região, em especial nos territórios de Crato e Barbalha, possibilitando o crescimento econômico e o enriquecimento dos fazendeiros locais. Esse fato não seria possível sem o trabalho das populações africanas e de seus descendentes (Silva, 2023).

Existia/existe uma divisão do trabalho sistemática dentro e fora dos engenhos, a qual decorria dos conhecimentos africanos transplantados, apreendidos e reelaborados.

Diferentemente da zona da mata nordestina, onde houve a produção em larga escala do açúcar, no Cariri, o foco foi a rapadura e aguardente. Segundo Figueiredo Filho (2010) no século XIX, a comercialização da rapadura caririense para outros municípios cearenses revolucionou as redes comerciais do Ceará, que se expandiu para outros Estados nordestinos e até mesmo para a Europa.

Segundo Feijó de Sá (2004) os dois principais municípios cearenses a dominar o mercado da

rapadura foi Crato e Barbalha. Alguns engenhos, como foi o caso do Tupinambá, localizado em Barbalha, durante o século XIX, produzia toneladas de rapaduras e exportavam para o Estado da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Figueiredo Filho (2010) nos conta que foi Crato o pioneiro na produção de rapadura. O engenho Lago Encantada, por exemplo produzia carreadas de rapaduras para serem comercializadas nas feiras livres e exportadas para todo o Nordeste e a Europa.

No século XX houve uma decadência de produção e comercialização da rapadura, devido a expansão das indústrias açucareiras, estas compravam toda a cana dos donos de engenhos locais, com a finalidade de produzir açúcar e etanol. Essa ação desconfigura a economia, obrigando a população a se reorganizar em novos modos de produção, a saber, o cultivo do algodão.

Reconhecemos que os trabalhadores dos engenhos de cana do Cariri possuem um pertencimento pelo território e pelas relações sociais do trabalho. Esses trabalhadores têm a plena consciência que a rapadura, a aguardente, a batida são tecnologias ancestrais, pois são frutos de técnicas africanas. Tais técnicas foram apreendidas através da oralidade, e repassadas continuamente de geração a geração.

Hampaté Bâ (2010, p.167) nos ensina que a tradição oral faz parte do contexto das sociedades africanas. Segundo esse autor:

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.

No Cariri, os conhecimentos acerca do plantio e da colheita da cana, da produção da rapadura e demais derivados da cana, bem como da sociabilidade na execução do trabalho, se perpetuou através do poder da palavra dos mais velhos,

especialmente do mestre de rapadura, que guarda em sua memória as experiências de vida e do trabalho.

O mestre de rapadura possui conhecimentos químicos e físicos, tendo ciência do ponto ideal da fervura do caldo da cana, da forma correta do aparelhamento das canas para moagem e o tempo certo de secagem da rapadura. Ele designa o que cada pessoa vai realizar para o funcionamento do engenho, por exemplo, se o tacheiro irá ou não trabalhar mexendo o caldo ou se ficará responsável pelas gameleiras, engrossando o caldo para ser despejado nas formas de madeira e dá forma a rapadura.

De um modo geral, o mestre de rapadura é quem organiza o ambiente do trabalho. No entanto, os demais trabalhadores, não o reconhece como chefe, valorizando-o como um mestre, o guardião de um ofício.

Chamar o mais velho de mestre é uma tradição africana. Segundo Hampaté Bâ (2010, p. 173) o mestre é uma função daquele que acumulou mais experiências vividas, ele guarda os conhecimentos mais antigos e os ensina, pela oralidade, aos seus aprendizes, formando novos mestres e novos guardiões do conhecimento. Para o autor “a magia boa, a dos iniciados e dos “mestres do conhecimento”, visa purificar os homens, os animais e os objetos a fim de repor as forças em ordem.” E essa ordem pressupõe uma reconexão ancestral.

No corrente ano, visitamos um dos poucos engenhos de rapadura em funcionamento no Cariri. O mesmo localiza-se na zona rural do município de Barbalha, distante cerca de 3, 8 km do centro da cidade. Nessa visita, tivemos o privilégio de observar como é a feitura da rapadura e percebemos que os trabalhadores ainda exercem a divisão das suas funções.

Ressaltamos que essa divisão não é a mesma que acontece nas indústrias, onde os trabalhadores não têm consciência dos processos produtivos. Pelo contrário, trata-se de uma especialidade de conhecimentos exercido por cada trabalhador, os quais são conhecedores de todas as etapas do processo produtivo.

As funções estão divididas da seguinte forma:
Mestre de rapadura: rege toda dinâmica do trabalho.

Tacheiro: se ocupa de cozinhar o caldo da cana.

Botador de fogo: controla a temperatura da fervura do caldo da cana.

Botador de cana: responsável pela extração do caldo.

Cambiteiro: Cuida do plantio, corte e transporte da cana.

Na figura 1 observa-se dois mestres de rapadura. O que está em segundo plano na imagem é responsável em controlar a quantidade de caldo que deve ser despejado no primeiro tacho, enquanto o que está em primeiro plano, tem a função de regular o ponto correto dos últimos dois tachos. Percebem que ele está segurando um cabo de madeira com uma forquilha em sua ponta, cuja funcionalidades é apoiar os pequenos tachos para mexer o caldo, é como se fosse uma grande colher, como pode ser observado na figura 2.



Figura 1 – Mestres de rapadura.

Fonte: Elaborada pelos Autores (2025).



Figura 2: Tachos de cozimento do caldo da cana-de-açúcar.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

O trabalho nos tachos exige muita atenção para que não perca o ponto certo de fervura do caldo

e consequentemente todo o trabalho seja invalidado. Desse modo, o mestre de rapadura observa cuidadosamente a atividade desempenhada.

Consideramos que o engenho de cana-de-açúcar é um demarcador de africanidades, portanto de memórias negras. Os engenhos são materialidades relevantes para a construção de narrativas de positivação da presença negra no Cariri, e sua influência para o crescimento econômico regional.

As populações negras foram preponderantes para a dinamização espacial, especialmente através do comércio das feiras livres, onde a rapadura e demais produtos derivados da cana eram comercializados amplamente. É o que abordaremos na próxima seção.

A feira livre como espaço de memória da rapadura caririense

As feiras livres são espaços de sociabilidades, que carregam significados importantes para a história e a memória das populações negras, tendo em vista o estabelecimento de uma relação de pertencimento pelo lugar e uma conexão com a ancestralidade africana.

Os espaços abertos para a comercialização de produtos não é uma configuração brasileira, esse modelo foi transferido de África durante a diáspora. A organização social das feiras livres no Brasil, especialmente no Cariri, é dividida por setores, não muito diferente do que acontece nos países africanos.

A figura 4 mostra uma feira na Etiópia. Percebem que ao fundo da fotografia existe uma bancada, seguindo uma ordem na organização dos produtos, enquanto outros estão expostos no chão. A figura 5, que mostra a antiga feira livre da cidade do Crato, revela uma configuração semelhante. Trata-se de processo de ressignificação histórica das populações africanas e afrodescendentes no Brasil, carregados de significados filosóficos guardados na memória e nas sociabilidades espaciais.

Silva e Silva F. (2022, p. 146) reforçam a reflexão que as feiras são espaços de africanidades, quando ressaltam:

A feira se torna espaço circular de vida, de sociabilidade, de economia, de pertencimento, de territorialidade e de significação cultural. O espaço da feira materializa a imaterialidade social, o que não pode ser abarcado pelo olhar superficial. Uma análise sensível e crítica é o que nos leva a conhecer as africanidades presentes e o protagonismo social negro que as constitui.



Figura 4: Feira Livre na Etiópia

Fonte: <https://www.instagram.com/p/DDuXlTBRpQv/?igsh=bWF6aml2cjE5ZWhy>.



Figura 5: Feira Livre no Crato-Ceará

Fonte: <https://blogdosanharel.blogspot.com/2017>

Os trabalhadores dos engenhos de cana-de-açúcar sempre estavam presentes nas feiras livres do Cariri, comercializando seus produtos, mesmo que a labuta de suas atividades nos engenhos exigisse bastante do seu tempo. As mulheres negras

que moravam no território dos engenhos também assumiam o papel de feirantes, vendendo frutas, verduras e quitutes variados.

As feiras que tiveram maior destaque no Cariri foi a do município do Crato, que acontecia durante as segundas-feiras e a de Barbalha, ocorrida aos sábados. Embora essas feiras não tenham deixado de existir, foram, ao longo dos anos tendo seu espaço de comercialização diminuído, já que abarcavam várias ruas do centro citadino.

Nessas feiras existia um setor exclusivo para a venda da rapadura. Geralmente a rapadura vendida no Crato era dos engenhos de Barbalha e a que era vendida em Barbalha tinha origem dos engenhos de Crato. Essa relação comercial fortalecia a economia caririense.

Mesmo que tenha acontecido as desconfigurações dessas e outras feiras livres, em razão do processo de reorganização urbanísticas que se baseia na expulsão dos feirantes dos centros das cidades, a população não perde totalmente a sua relação de pertencimento, e o local que antes era a feira se transforma num espaço de narrativas de uma memória temporal.

As feiras livres carregam um sentido ancestral e constituem uma relação dos afrodescendentes com o território. Quando chegamos em banca que vende rapadura geralmente o vendedor vai nos explicar de onde vem aquele produto, da mesma forma é quando chegamos para comprar feijão ou arroz à granel. Percebe-se que o comerciante estabelece uma relação com o produto e a sua origem, que pode ser cultivado em sua terra ou até mesmo em uma terra comunitária.

De um modo geral percebemos que a memória está presente em todos os espaços e conta uma parte da história do passado e amplia nosso campo de visão para o futuro, considerando que esse futuro é ancestral, ou seja, a história é feita de uma continuação que se inicia com o nosso passado e nos faz quem somos no presente e no futuro, sempre conectado com uma memória que os guardiões nos ensinam prezar e zelar.

Considerações finais

A diáspora africana no então território brasileiro, propiciou a transferência de uma diversidade de conhecimentos, necessários para a transformação dos espaços geográficos. Nesse sentido, temos no Brasil um amplo acervo de realizações africanas, as quais conceituamos como africanidades.

O reconhecimento das africanidades insere as populações negras na história enquanto produtoras de conhecimentos, tensionando o pensamento eurocêntrico que insiste na manutenção de uma ideia de incivilidade africana e de seus descendentes.

As africanidades só podem ser compreendidas em relação ao território, pois é nele que foi/é materializada. Tal materialização converte-se em memória individual e coletiva, que pela oralidade, tornar-se contínua e demarca o lugar social de negras e negros. O Cariri cearense é um espaço fértil de africanidades, tendo os engenhos de rapadura como um importante testemunho. É urgente a necessidade de enxergarmos os engenhos como lugares de produção de conhecimentos, adquiridos durante gerações pelo poder da fala dos mais velhos. O fato de compreendermos os engenhos de rapadura como territórios de memória negra, nos leva a buscar a sua preservação, como recorte das trajetórias de africanos e afrodescendentes no Cariri.

Referências

MOTTA, Márcia Maria. Menéndez. História e memória. *Cadernos do CEO*, n. 17, p. 180-199, 2016.

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização brasileira.** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira.** Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

SILVA, Meryelle Macedo. SILVA, Rafael Ferreira. Feira livre e tradicional do Crato-Ce: espaço educativo das africanidades no ensino de geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 1, n. 106, p. 138–152, 2022.

SILVA, Rafael Ferreira.; CUNHA JUNIOR, Henrique. **O COURO E O VAQUEIRO ENQUANTO LEGADO AFRICANO NO CARIRI CEARENSE.** *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 18, n. 46, 2024.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Engenho de Rapadura do Cariri.** Fortaleza: Edições UFC, 2010. (Coedição Secult. Edições URCA).

SHAW, T. Pré -História da África ocidental. In: História geral da África, II: África do século XII ao XVI. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, afrodescendência e educação. *Educação em debate*, Fortaleza, v. 2, n. 42, p.1-11, 2001.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Educação*, v. 30, n. 3, p. 489-506, 2007.

Silva, Meryelle Macedo. **Patrimônio Cultural Afrocratense: implicações educativas.** Curitiba: CRV. 2023.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os Homens que Faziam o Tupinambá Moer: Experiência e Trabalho em Engenhos de Rapadura no Cariri (1945 – 1980).** Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

IRFF, Ana Sara R .P. Cortez Irffi. Cabras, caboclos, negros e mulatos: escravidão e núcleos familiares no Cariri cearense (1850-1884). **Afro-Ásia**, 53, p.9-44, 2016.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África, v. 1: Metodologia e pré-história da África**. Brasília, UNESCO, 2010.

SANTOS, Milton: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.